

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

PEDRO AUGUSTO ANDRADE TEIXEIRA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E
INADIMPLÊNCIA FAMILIAR NO BRASIL

DOURADOS/MS

2023

PEDRO AUGUSTO ANDRADE TEIXEIRA

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E
INADIMPLÊNCIA FAMILIAR NO BRASIL**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a aprovação da disciplina de Trabalho de Graduação II.

Orientador(a): Letícia Xander Russo

Banca Examinadora:

Professor(a) Juliana Maria de Aquino

Professor(a) Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel

DOURADOS/MS

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T266e Teixeira, Pedro Augusto Andrade
EDUCAÇÃO FINANCEIRA: ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA
FAMILIAR NO BRASIL [recurso eletrônico] / Pedro Augusto Andrade Teixeira. – 2023.
Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Leticia Xander Russo.
TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2023.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Educação Financeira. 2. Endividamento. 3. Comportamento do Consumidor. 4.
Inadimplência. I. Russo, Leticia Xander. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS
CONTÁBEIS E ECONOMIA - FACE/UFGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE
GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2023.1

Educação Financeira: Análise do endividamento e inadimplência familiar no
Brasil

Pedro Augusto Andrade Teixeira

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos(as) seguintes professores:

Prof.ª Dr.ª Leticia Xander Russo
(Presidente)

Prof.ª Dr.ª Juliana Maria de Aquino
(Avaliadora 1)

Prof. Dr. Paulo Henrique Hoeckel
(Avaliador 2)

DOURADOS/MS, 29 de agosto de 2023.

RESUMO

O planejamento financeiro e a educação financeira são fundamentais para auxiliar nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos, contribuindo para evitar situações de endividamento. Este estudo tem como objetivo analisar o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras entre 2011 e 2022, além disso, é investigado o comportamento dos consumidores. Para tanto, utilizou-se de um modelo de série temporal e dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, a qual apresenta dados de endividamento da população. Os resultados obtidos destacam de forma significativa os impactos da pandemia, evidenciando um aumento substancial tanto no número de famílias endividadas quanto na quantidade de famílias inadimplentes. Isso pode ter sido influenciado por fatores como perda de emprego, redução de renda e incertezas econômicas.

Palavras-chave: Educação Financeira; Endividamento; Comportamento do Consumidor; Inadimplência.

ABSTRACT

Financial planning and financial education are fundamental to assist individuals in their consumption and investment decisions, contributing to avoid debt situations. This study aims to analyze the indebtedness and default of Brazilian families between 2011 and 2022, in addition, the behavior of consumers is investigated. For this purpose, a time series model and data from the Consumer Indebtedness and Default Survey were used, which presents data on the population's indebtedness. The results obtained show a significant impact of the pandemic, with a substantial increase in both the number of indebted families and the number of defaulting families. This may have been influenced by factors such as job loss, income reduction and economic uncertainty.

Keywords: Financial Education; Indebtedness; Consumer Behavior; Default.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média anual por tipo de dívida.....	27
Tabela 2 – Resultados da regressão, percentual de famílias endividadas, com contas em atraso e sem condições de pagar as contas em atraso, 2011-2022.....	28

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Valor Total das Dívidas Pessoa Física de 2020.....	21
Figura 2 - Média anual das variáveis de 2011-2022.....	25
Figura 3 - Tempo médio e parcela média anual das variáveis 2011-2022	26
Figura 4 - Média anual do endividamento familiar por tipo de dívida 2011 e 2022.....	27
Figura 5 - Famílias endividadas	29
Figura 6 - Famílias com contas em atraso	30
Figura 7 - Famílias que não terão condição de pagar contas em atraso.....	31

LISTA DE SIGLAS

CNC - Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

EF - Educação financeira

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA.....	10
1.2 OBJETVOS.....	11
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	14
2.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA VIDA DAS PESSOAS.....	16
2.3 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NAS FINANÇAS PESSOAIS.....	18
2.4 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS.....	19
3 METODOLOGIA.....	22
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
REFERÊNCIAS.....	33
APÊNDICE.....	38

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é um processo de aprendizagem que ajuda as pessoas a desenvolverem habilidades e conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças pessoais de forma eficaz. Esse processo facilita o entendimento de conceitos financeiros básicos, como orçamento, poupança, investimento, juros, inflação e impostos. Os indivíduos que possuem conhecimentos e habilidades em educação financeira (EF) estão mais preparados para tomar decisões financeiras racionais e evitar armadilhas que podem levar a endividamentos, inadimplência e outras dificuldades financeiras (OCDE, 2013).

A falta de conhecimento financeiro é frequentemente associada a níveis mais elevados de endividamento e inadimplência (LEY et al., 2016). Ao aprender a gerenciar suas finanças pessoais de forma estratégica, as pessoas podem evitar gastos excessivos e tomar decisões mais conscientes sobre empréstimos e financiamentos. Além disso, a EF pode ajudar as pessoas a desenvolverem habilidades para lidar com situações financeiras difíceis, como a perda de emprego ou a queda na renda.

No Brasil, apesar dos recentes esforços para melhorar o conhecimento dos indivíduos sobre finanças pessoais, tem-se observado indicadores alarmantes de endividamento e inadimplência. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BCB, 2020), em dezembro, cerca de 67,4% das famílias brasileiras possuíam algum tipo de dívida. Além disso, em 2020, a taxa média de juros para pessoas físicas no Brasil era de aproximadamente 40% ao ano, o que agravava ainda mais a situação financeira dos indivíduos.

A falta de educação financeira pode levar as pessoas a tomarem decisões inadequadas e a aumentar o nível de endividamento, o que pode agravar a situação de crise. Por outro lado, estudos indicam que indivíduos com maior conhecimento financeiro tendem a ter melhores estratégias de gestão de finanças pessoais, estando mais preparados para lidar com cenários econômicos negativos (BRITO; NUNES, 2020; ANDRADE; SILVA, 2018).

A capacitação em finanças também incentiva a formação de reservas financeiras de emergência, que podem ser utilizadas em momentos de crise e imprevistos, minimizando o impacto negativo nas finanças pessoais (MARTINS et al., 2018). Dessa forma, a Educação Financeira pode ser uma importante aliada para a garantia da segurança financeira em momentos adversos.

Dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) indicam que, em 2020, apenas 21% dos brasileiros possuíam algum tipo de

investimento financeiro. Além disso, um estudo da Serasa Experian revelou que em 2019 apenas 24% da população realizou algum tipo de planejamento financeiro.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2020 pela Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) e pela Confederação Nacional do Comercio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o percentual das famílias com dívidas alcançou 66,6% em abril de 2020, nos primeiros meses da pandemia do coronavírus. Além disso, o endividamento das famílias brasileiras atingiu em 2020 seu maior nível em onze anos, segundo dados da PEIC.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar o endividamento e a inadimplência das famílias brasileiras, com base nos dados da PEIC de 2011 a 2022. Além disso, busca-se identificar, por meio da literatura, os comportamentos que levam o indivíduo a chegar em uma situação de endividamento e inadimplência, bem como, enfatizar a importância da educação e do planejamento financeiro.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Nos últimos anos, é possível observar várias ações que surgiram no país a respeito da Educação Financeira, sejam iniciativas privadas ou de instituições governamentais (ENEF, 2010; BRASIL, 2012). Um exemplo é a Semana Nacional de Educação Financeira realizada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira. Na primeira edição, em 2014, aconteceram mais de 170 eventos, presenciais e online em mais de 20 cidades e 16 estados brasileiros. Em 2016, foram 1.044 ações presenciais e online, organizadas por 153 instituições, impactando cerca de 1,3 milhão de pessoas e 458 municípios brasileiros.

Apesar dos esforços de tais ações voltadas para incentivar a população para o entendimento sobre finanças pessoais, elas ainda parecem ser insuficientes e uma parcela significativa da população não possui EF adequada (CROCCO; SANTOS; FIGUEIREDO, 2011; OCDE, 2013). Uma pesquisa realizada em 2020 em todas as capitais, pelo Serviço de Proteção de Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), indicou que 45% dos consumidores brasileiros não têm controle financeiro efetivo da própria renda. Os

resultados foram desagregados conforme as classes de renda. Com isso, observou-se que analisando as pessoas das classes C/D/E, esse percentual sobe para 48%.¹²

Vários estudos, como o realizado por Fernandes e Basso (2017), apontam que o baixo conhecimento de conceitos de finanças, associado a outros fatores, como o acesso facilitado ao crédito, tem levado uma parcela significativa da população ao endividamento. O endividamento excessivo pode ter impactos negativos na qualidade de vida dos indivíduos, afetando sua saúde financeira e emocional, além de limitar suas possibilidades de consumo e investimento no longo prazo. Estudos realizados por Brito e Nunes (2020) e Almeida et al. (2020) mostram que o baixo conhecimento financeiro e a falta de planejamento financeiro são fatores que contribuem significativamente para o endividamento da população.

Assim, a questão problema desta pesquisa é: Qual o comportamento e evolução do endividamento das famílias no Brasil?

A partir dessa questão, surgem outras tais como:

- Quais os comportamentos associados ao endividamento pessoal/familiar?
- Quais os principais tipos de dívidas que as famílias possuem?
- Quais as formas ou ações sociais de levar Educação Financeira para a população?
- Houve um aumento de endividados e inadimplentes durante a pandemia de Covid-19?

¹ A classe A é composta por pessoas de alta renda. São indivíduos e famílias que possuem um nível de renda elevado, o que lhes proporciona um maior poder de compra e acesso a serviços e produtos de alto padrão. A classe B é caracterizada por pessoas de renda média alta. São indivíduos e famílias que possuem um nível de renda considerado acima da média, permitindo-lhes um padrão de vida confortável e acesso a uma variedade de produtos e serviços.

² A classe C compreende pessoas de renda média. São indivíduos e famílias que possuem um nível de renda moderado, mas ainda enfrentam restrições financeiras e têm acesso limitado a serviços e produtos de alto padrão. A classe D é caracterizada por pessoas de renda baixa. São indivíduos e famílias com recursos financeiros mais limitados, o que pode resultar em dificuldades para atender às necessidades básicas e acesso limitado a serviços financeiros e produtos de consumo. Por fim, a classe E representa a base da pirâmide socioeconômica e abrange pessoas de renda muito baixa. São indivíduos e famílias que enfrentam sérias dificuldades financeiras, com poucos recursos para suprir suas necessidades básicas e com acesso bastante limitado a serviços financeiros e bens de consumo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo é analisar o endividamento das famílias brasileiras, entre 2011 e 2022, utilizando um modelo de série temporal.

1.2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são definidos como:

1. Explorar a relação entre educação financeira e endividamento individual/familiar. Apresentar, por meio da literatura, os comportamentos que levam o indivíduo a chegar em uma situação de endividamento e, posteriormente, inadimplência. Assim como, enfatizar a importância do planejamento financeiro.
2. Descrever os dados de endividamento e inadimplência da população brasileira entre agosto de 2011 a setembro de 2022, na faixa de renda de até 10 salários-mínimos, e quais os principais tipos de dívida.
3. Analisar os índices de endividamento antes e após o início da pandemia de Covid-19.

1.3 JUSTIFICATIVA

A necessidade de promover a Educação Financeira para que as pessoas possam ter conhecimento financeiro e consciência de seus atos tem sido discutido por diversos autores, como Britto (2012), Crocco, Santos e Figueiredo (2011), Costa e Miranda (2013). França (2019) reforça que há uma necessidade de estudos que analisem os níveis de endividamento da população, expondo a responsabilidade de suas decisões financeiras, de modo a informar como a inadimplência e o endividamento causam diversos prejuízos ao bem-estar financeiro dos

indivíduos. Como, por exemplo, estresse e problemas de saúde mental, restrição de oportunidades futuras e até mesmo impacto nas relações pessoais e familiares (SILVA, 2022).

Apoiando-se na premissa de que os agentes tomadores de decisões não são completamente racionais e que o lado emocional pode influenciar a tomada de decisão, grande parte da contribuição desse estudo é advinda das teorias econômicas e teorias de consumo em conjunto com as finanças comportamentais.

Assim, este trabalho justifica-se devido à escassez de estudos analisando a transmissão da EF no Brasil, bem como a evolução do endividamento e da inadimplência. Além disso, uma vez que as pessoas têm suas vidas diretamente afetadas pelas decisões financeiras, é importante compreender a forma como ocorrem as escolhas, o que as influenciam e, como a EF pode ajudar na qualidade de suas decisões.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são explorados os benefícios da Educação Financeira, destacando sua relevância para indivíduos e sociedades, bem como a relação entre falta de conhecimento financeiro e problemas financeiros. São apresentados argumentos que sustentam a importância de investir em programas e iniciativas de Educação Financeira, visando capacitar as pessoas a lidarem de forma mais eficaz com suas finanças pessoais e contribuírem para uma sociedade economicamente saudável. Além disso, são abordados os conceitos de educação financeira, a importância do planejamento financeiro, o comportamento do consumidor quando se trata de finanças pessoais e o endividamento das famílias brasileiras.

2.1 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O conceito de “Educação Financeira”, o mesmo empregado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) –, afirma que

a educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem-informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p.13).

Fialho et al. (2016) aponta que a EF é importante para todas as pessoas, independentemente de sua idade, renda ou situação financeira, pois, uma sociedade

financeiramente saudável contribui para a estabilidade econômica e para a redução da pobreza e desigualdade.

A falta de conhecimento financeiro é frequentemente associada a níveis mais elevados de endividamento e inadimplência (LEY et al., 2016). Portanto, a EF é uma ferramenta importante para ajudar as pessoas a evitarem problemas financeiros e aumentar sua segurança financeira.

Ao capacitar as pessoas para que possam tomar decisões financeiras informadas e bem pensadas, a Educação Financeira (EF) desempenha um papel fundamental. Permitindo, assim, que elas atinjam suas metas financeiras e tenham maior segurança financeira (GUSTAFSSON; THOMSEN, 2005, p.12).

Segundo Pires (2007), para se considerar uma situação financeira ideal, as receitas serão sempre maiores do que as despesas. Para chegar nesse ponto de equilíbrio, há os seguintes caminhos: a) um aumento das receitas, mantendo constantes as despesas; b) aumento das receitas mais que proporcionalmente às despesas, quando estas estão subindo; c) redução das despesas, mantendo constante as receitas; d) aumento das receitas com redução simultânea das despesas.

Para entender a forma como ocorre o endividamento é preciso ir além e buscar compreender a cultura de consumo da atual sociedade contemporânea. Diante dos avanços tecnológicos, que permitem maior acesso à novas informações e formas de comunicação, a sociedade atual é caracterizada pelo imediatismo e celeridade no seu comportamento, influenciando diretamente na vida profissional e social. Soma-se aos avanços tecnológicos, a grande oferta de produtos e facilidade de aquisição e consumo. Como consequência, tem-se observado uma sociedade fortemente consumista (PRADO, 2015).

A facilidade de acesso ao crédito tem levado diariamente consumidores a gastarem, por muita das vezes, com itens desnecessários, atraídos pelo parcelamento. Diante dessa facilidade, muitas compras são antecipadas e feitas a longo prazo, o que envolve o pagamento de juros. Dessa forma, os consumidores acabam não percebendo o acúmulo de prestações e dívidas, fazendo com que comprometam seus recursos financeiros, que poderá acarretar inadimplência. Além disso, convive-se, hoje, com um grande apelo ao consumo, que influencia fortemente o endividamento de muitos indivíduos (BOCK, 2010). Como cita Santos e Silva, em 2014 cerca de 41% dos consumidores brasileiros estavam endividados, 38% desses estavam com as prestações atrasadas e 55% estavam com dívidas superiores ao exercício anterior.

Trazendo esses números para os dias de hoje, o endividamento atingiu 77,9% dos consumidores segundo a PEIC divulgada em 2023. Dessa forma, esse número de

endividamento representa um recorde da série que foi iniciada em 2010, sendo o quarto aumento anual consecutivo.

Com isso, são necessárias ações mais controladas e conscientes nas escolhas, principalmente na organização financeira. Além disso, de acordo com Silva e Silva (2019), é importante que as instituições financeiras ofereçam informações claras e acessíveis sobre as características dos produtos financeiros, bem como seus custos e condições de pagamento. Ademais, programas de EF podem ser uma ferramenta eficaz para promover o conhecimento financeiro da população e reduzir o endividamento excessivo.

A internet tem contribuído para uma ampla expansão do conhecimento, contudo, para se beneficiar desses avanços e inovações, os consumidores precisam do conhecimento básico sobre finanças. A Educação Financeira é uma importante ferramenta que auxilia o indivíduo a planejar a sua vida financeira, pois ensina a forma correta de lidar com o dinheiro. Ela não visa o enriquecimento do indivíduo, mas sim a sua conscientização, garantindo-lhe maior qualidade de vida (KRÜGER, 2014).

A ineficiência da administração do dinheiro deixa os consumidores extremamente vulneráveis a crises financeiras mais graves, comprometendo, assim, a vida financeira do consumidor que não tem habilidade para administrar efetivamente suas finanças (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002).

Como exemplo, tem-se a pandemia que ocorreu no ano de 2020, que afetou financeiramente tanto os consumidores como os empresários. Várias micro e pequenas empresas faliram, sendo as mesmas a maior parte da parcela das companhias negativadas, cerca de 5,5 milhões de empresas inadimplentes. Consumidores que já muitas vezes já apresentavam dificuldades em administrar seu dinheiro entraram em uma situação de piora financeira (Serasa Experian, 2022). Segundo o Sebrae (2022), a inadimplência passou de 4,5% em dezembro de 2021, para 5% em março de 2022, gerando assim um total de R\$20 bilhões de empréstimos vencidos.

Diante de crises repentinas, o conhecimento em finanças e planejamento é um aliado importante para que o indivíduo possa se comportar de uma maneira mais segura em meio a tais situações.

Barbosa (2020) enfatiza a importância de adquirir conhecimentos fundamentais sobre finanças pessoais, abrangendo tópicos como elaboração de orçamentos, gestão de despesas, poupança e investimentos. Ainda ressalta que a falta de educação financeira pode resultar em problemas financeiros, como endividamento excessivo e dificuldades para alcançar metas

financeiras de curto e longo prazo. Dessa forma, o autor afirma que é essencial a busca por conhecimento para capacitar a tomada de decisão dos indivíduos.

Silva et al. (2022) salientam que a ausência de um planejamento financeiro deixa o indivíduo vulnerável, sem reservas de emergência para lidar com desafios financeiros e circunstâncias imprevistas. Essa falta de antecipação frequentemente pode impedir a pessoa de colher os frutos financeiros necessários para atingir suas metas. Portanto, de acordo com os autores, um planejamento financeiro adequado é indispensável para evitar essas situações desfavoráveis e conquistar uma saúde financeira estável e duradoura.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO E DO PLANEJAMENTO FINANCEIRO NA VIDA DAS PESSOAS

A EF apresenta relevância significativa, fazendo com que muitas pessoas tenham sua situação financeira afetada ao longo dos anos pelas decisões que tomaram. Também é importante compreender a maneira e o conceito que as pessoas detêm para a tomada de decisão, consumir ou poupar, e principalmente, como a EF colabora na qualidade de suas atitudes.

No conceito de Grussner (2007), os altos índices de inadimplência e endividamento, bem como o consumismo excessivo, baixa poupança do país, indicam a carência de educação financeira dos brasileiros.

Quando falamos em planejamento financeiro, é notório que o investimento mais tradicional, conservador e popular entre os de “baixa renda” é a caderneta de poupança. Mas, a maioria dos brasileiros não tem esse hábito de poupar regularmente. Macedo Jr. (2007) observa que, em 2007, somente uma em cada seis pessoas no Brasil tinha poupança e apenas um em cada três brasileiros não possuía dívidas, com exceção as dívidas do pagamento da casa própria.

Bomilcar (2010) aponta que muitos indivíduos contraem dívidas, comprometem uma parcela significativa de suas rendas e muitas vezes tornam-se inadimplentes por causa do consumo excessivo. Desta forma, esses indivíduos trabalham para quitar suas dívidas por apresentarem baixa habilidade de lidar com o dinheiro, por não se preocuparem em adotar um planejamento financeiro ou por outros motivos ligados à razões sociais ou psicológicas, por exemplo as mudanças que ocorrem no decorrer da vida, como casamento, nascimentos dos filhos, divórcio, viuvez, dentre outros. Os problemas do endividamento não afetam apenas o indivíduo e sua família, mas também a economia, pois a proliferação dos casos de incapacidade de realização dos compromissos financeiros afeta os volumes de créditos, o que, por consequência, prejudica o crescimento da economia.

No âmbito escolar, os alunos também precisam estar inseridos no debate das finanças, sendo motivados a compreender sobre o assunto, e permitindo que se tornem competentes para tomar decisões adequadas em relação à temas financeiros, seja na sua vida particular, familiar ou comunitária (SILVA; POWELL, 2013).

Bomilcar (2010) destaca que, embora atualmente muito se fale da importância do planejamento financeiro, será através do ensino da educação financeira, como para as crianças na escola, que será possível aos poucos mudar a cultura do consumismo exacerbado, do imediatismo, do trunfo do marketing, onde o ter se tornou mais importante do que o ser. Muitas vezes, parte do dinheiro é perdido em operações cotidianas, como no uso do cartão de crédito sem limite, do cheque especial, e ao adquirir um bem sem noções de finanças. São situações que podem resultar em um pagamento final equivalente ao valor de dois bens. O planejamento permite economizar, poupar e investir, com um objetivo definido, como a realização de um sonho. Esse equilíbrio é abordado na educação financeira. O equilíbrio do ser, do ter sustentável, do quando ter, do quanto poupar e do que atingir.

A EF contribui para que o consumidor sofra menos com os fenômenos da economia, como marketing e propaganda, que o faz consumir quase que habitualmente mais produtos e serviços disponíveis no mercado. Theodoro et al. (2016) destacaram a importância, complexidade e necessidade deste assunto estar presente em sala de aula, nos diferentes níveis de ensino. No Brasil, já existe a preocupação com o assunto, ainda que modesta. Todavia, mesmo com a evolução nas discussões sobre educação financeira nos últimos anos, observa-se ainda a necessidade de maior comprometimento dos professores, alunos, governo e comunidade neste processo de implementação de um novo ensino relacionado ao consumo e finanças.

2.3 O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NAS FINANÇAS PESSOAIS

Karsaklian (2000) delinea três categorias que exercem influência na tomada de decisão do consumidor:

a) Variações Individuais: Isso engloba os recursos disponíveis para o consumidor, seu nível de conhecimento, sua motivação e traços de personalidade, bem como seus valores e estilo de vida. O estilo de vida abraça as atividades, interesses e visões de uma pessoa (KOTLER, 2006). Esse estilo se expressa, por exemplo, na maneira como as pessoas escolhem gastar seu dinheiro ou gerenciar seu tempo. A motivação, por sua vez, é um impulso interno robusto que impulsiona o indivíduo à ação.

b) Influências do Ambiente: Cultura, classe social, influência interpessoal, contexto familiar e situação compõem essas influências. Valores culturais, como expressões de crenças coletivas, são transferidos para produtos por meio de publicidade e propaganda. Os produtos, então, são consumidos pelo público-alvo com o intuito de construir uma identidade social positiva ao atender sua necessidade de pertencer a um grupo social. Fatores sociais são as influências originárias de classes sociais, permitindo comparações entre grupos de indivíduos. A influência de grupos de referência pode levar a novos comportamentos, diferentes estilos de vida e influenciar a autoimagem, atitudes e pressões para conformidade às normas sociais. Esses fatores contribuem para a preferência por produtos ou serviços específicos. Fatores pessoais também moldam a tomada de decisão. Elementos pessoais, como idade, ocupação, circunstâncias econômicas, estágio de vida, personalidade e autoimagem, desempenham papéis cruciais. As necessidades de um indivíduo evoluem ao longo do tempo, afetando os padrões de consumo, que, por sua vez, refletem o ciclo de vida da família.

c) Processos Psicológicos: Isso inclui processamento de informações, aprendizado, mudança de atitude e comportamento. Karsaklian também observa que cada consumidor possui uma personalidade única, e, por isso, interpreta e compreende o mundo de maneiras diversas (percepção). Respostas automáticas aos sentidos influenciam a maneira como os consumidores reagem ao contexto.

Kotler e Armstrong (2003) destacam elementos que moldam o comportamento do consumidor:

a) Motivações: O comportamento do consumidor é influenciado por motivações derivadas de necessidades fundamentais, tanto físicas (como sobrevivência) quanto psicológicas. A busca pela satisfação muitas vezes requer motivações mais complexas, que podem abranger desde o atendimento às necessidades básicas, como fome, frio, sede e sono, até necessidades psicológicas, como reconhecimento e autoestima.

b) Personalidade: A personalidade do consumidor é fortemente moldada pelo ambiente em que ele se encontra no momento da compra. Características psicológicas específicas desempenham um papel crucial na determinação do comportamento do indivíduo no ato da compra.

c) Percepção – considerada como: processo pelo qual as pessoas selecionam, organizam e interpretam as informações para formar uma imagem significativa do mundo. O cliente interpreta de maneira específica as informações que o auxiliam a tomar a decisão no momento da compra (KOTLER; KELLER, 2006).

Fatores individuais e familiares são abordados por vários autores. Conforme Gliglio

(2002), o consumidor é influenciado pela família, crenças, costumes, valores, idade, sexo e raça. Cobucci (2013) aponta a importância da renda e algumas diferenças nas classes sociais. A pesquisa avalia o entendimento dos conceitos financeiros e, de acordo com os resultados, as classes A e B foram mais bem avaliadas em relação às classes C, D e E. Considerando o grau de educação, observou-se que o grau de escolaridade influencia a relação dos brasileiros com o dinheiro. As pessoas com curso superior completo tiveram uma nota maior, já aquelas sem acesso à escola tiveram uma nota menor.

2.4 ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

O endividamento se refere à situação em que um indivíduo ou uma família possui dívidas, ou seja, eles têm obrigações financeiras a cumprir devido a empréstimos, financiamentos, cartões de crédito ou outras formas de crédito. O endividamento em si não implica necessariamente em atrasos no pagamento das dívidas (COPETTI; RAMOS, 2019).

Já a inadimplência ocorre quando uma pessoa ou uma empresa não cumpre com suas obrigações de pagamento dentro do prazo estipulado. Em outras palavras, é a falta de pagamento das dívidas na data de vencimento acordada. A inadimplência pode resultar em consequências negativas, como a aplicação de juros adicionais, restrições de crédito, negativação do nome do devedor em órgãos de proteção ao crédito e até mesmo processos judiciais por parte dos credores (SUNO, 2017).

Segundo uma pesquisa do Serasa Experian, realizada em 2018, a ausência de educação financeira é uma das principais causas a inadimplência das famílias, ocupando o quarto lugar no ranking da pesquisa. Como consequência, ocorre o não acompanhamento disciplinado da destinação dos seus recursos financeiros e à falta de um planejamento que evite o endividamento. A pesquisa realizada pelo SPC BRASIL (2017) aponta que os consumidores atrasam com maior intensidade contas como empréstimos, cartão de crédito e cheque especial, as quais resultam em incidência de juros em casos de atrasos e agravam ainda mais a situação financeira em questão.

O SPC Brasil avalia a evolução do número de negativados registrados nas bases de dados que tem acesso. A metodologia usada pela pesquisa abrange o território nacional e é medido mensalmente. Quando um consumidor deixa de pagar um título, seja ele uma fatura de cartão de crédito, uma conta de água, a empresa associada ao SPC Brasil pode (mas não é obrigada) registrar essa inadimplência.

Em geral, as empresas credoras costumam registrar a inadimplência depois de verificar que o pagamento não ocorreu mesmo após 30 dias do vencimento. Entretanto, não há regra, e o registro pode ocorrer no dia seguinte ao vencimento ou mais de um ano após o vencimento (SPC BRASIL, 2020).

Uma análise do SPC (2020), apontou que, somando todas as dívidas, cada negativado devia, em média, R\$ 3.257,80. Em termos reais, o valor total das dívidas em atraso se manteve estável desde 2017. Em valores de 2020, o maior patamar do valor total das dívidas foi observado em novembro de 2011 (R\$ 4.669,36), quando cada negativado devia cerca de 40% a mais do que em fevereiro de 2020. Esse patamar é devido a um efeito cascata. De acordo com o Serasa Experian (2020), o brasileiro somou novas contas aos débitos que já vinha acumulado nos anos anteriores, devido ao aumento da inflação, principalmente em transportes e alimentos.

A pesquisa aponta que 36,63% tinham dívidas com valor de até R\$ 500, percentual que chega a 52,68% quando se analisa as dívidas de até R\$ 1.000, como ilustra a Figura 1. Já em relação aos inadimplentes, estimou-se um total de 60,8 milhões de consumidores negativados no mês de fevereiro de 2020, o que equivale a 38,8% da população adulta (SPC BRASIL, 2020).

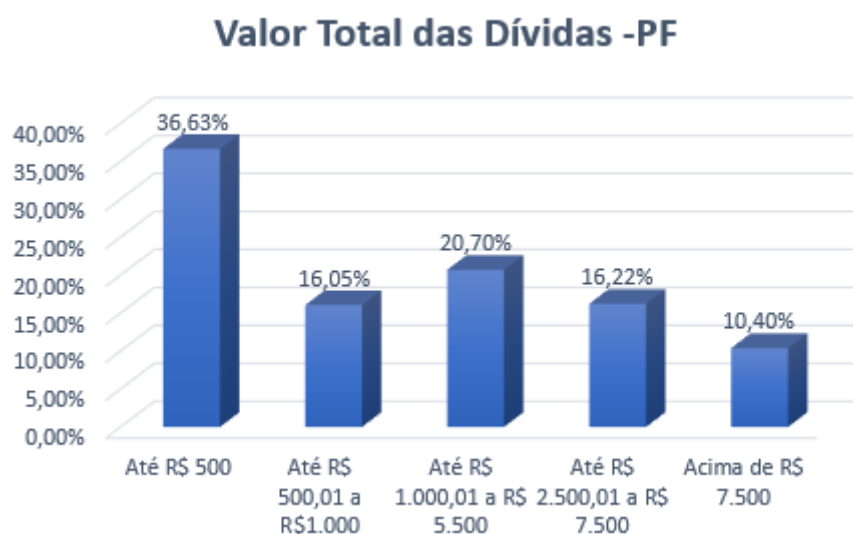


Figura 1 – Valor Total das Dívidas Pessoa Física em 2020.

Fonte: SPC Brasil, elaborado pelo autor.

A maior parte das dívidas está atrelada aos bancos, representando 52,69%. O comércio corresponde a 17,49%, seguido do setor de comunicações (11,94%) e do agrupamento de água e luz (9,85%).

Esses dados revelam uma realidade financeira complexa, com uma parcela significativa da população brasileira enfrentando desafios financeiros. A concentração das dívidas junto a

instituições bancárias sugere a necessidade de políticas e medidas eficazes para promover a educação financeira e o acesso a serviços bancários adequados. Além disso, o alto número de inadimplentes destaca a importância de programas de assistência e recuperação de crédito para mitigar os impactos econômicos dessa situação. Em um cenário futuro, é fundamental monitorar de perto essas tendências e desenvolver estratégias para melhorar a saúde financeira da população.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa pretende compreender o comportamento e a evolução do endividamento e inadimplência familiar no Brasil, bem como a gestão financeira das famílias brasileiras mediante às possibilidades de consumo e fácil acesso ao crédito.

No que concerne aos procedimentos metodológicos, o estudo se caracteriza como descritivo e quantitativo, de acordo com Gil (2000), pois descreve as características de determinada população, envolvendo o uso de técnicas padronizadas de análise de dados.

Para analisar o endividamento das famílias, foram utilizados dados estatísticos de pesquisa secundária relacionado ao tema vigente. Os dados utilizados são da PEIC. A pesquisa tem como objetivo diagnosticar o nível de endividamento e inadimplência do consumidor. A PEIC é realizada mensalmente pela CNC desde janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos estados e no Distrito Federal, com cerca de 18 mil consumidores. São apurados importantes indicadores de endividamento e inadimplência, que possibilitam traçar um perfil do endividamento, acompanhar o nível de comprometimento do consumidor com dívidas e a percepção em relação a sua capacidade de pagamento. Com o aumento da importância do crédito na economia brasileira, sobretudo o crédito ao consumidor, o acompanhamento desses indicadores é fundamental para analisar a capacidade de consumo futura.

Os principais indicadores da Peic são (FECOMERCIO, 2022):

- Percentual de famílias endividadas – consumidores que declaram ter dívidas na família nas principais modalidades;
- Principais tipos de dívida – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas;
- Nível de endividamento – entre muito, mais ou menos ou pouco endividados;
- Tempo de comprometimento com dívidas – até três meses, de três a seis meses, de seis meses a um ano e maior que um ano;
- Percentual de famílias com contas/dívidas em atraso – consumidores com contas ou dívidas atrasadas no mês;
- Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual dos que afirmam que não terão condições de pagar as contas e/ou dívidas em atraso no próximo mês e, portanto, permanecerão inadimplentes;
- Tempo de atraso no pagamento – até 30 dias, de 30 a 90 dias e mais que 90 dias. A presente pesquisa utiliza dados nacionais, entre outubro de 2011 a setembro de 2022, que corresponde ao período da série com dados disponíveis.

As modalidades de dívidas contempladas pela PEIC são: cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, financiamento de carro e de casa. É importante ressaltar que nem toda dívida é ruim. Em alguns casos, as dívidas podem ser uma ferramenta útil para alcançar objetivos financeiros, como comprar uma casa ou um carro (Giannetti, M., & Parrado, L. (2019).

De acordo com um estudo da Universidade de Chicago, as pessoas que possuem dívidas com juros baixos, como o crédito consignado, têm mais chances de economizar dinheiro e atingir seus objetivos financeiros. O estudo também mostrou que as dívidas podem ajudar as pessoas a construir um histórico de crédito positivo, o que pode facilitar o acesso a empréstimos no futuro (Giannetti, M., & Parrado, L. (2019).

Para a análise econométrica foi utilizado a série temporal interrompida. O modelo econométrico de série temporal interrompida é uma técnica estatística utilizada para analisar dados coletados ao longo do tempo, que apresentam interrupções na série temporal. Essa técnica é amplamente utilizada em estudos econômicos, onde é comum encontrar dados que sofrem interrupções devido a alterações nas políticas governamentais, choques, entre outros fatores

(MEDEIROS, 2000). Portanto, será feito um recorte no tempo da análise, comparando os dados da PEIC antes (outubro/2011-fevereiro/2020) e após (março/2020 - setembro/2022) o início da COVID-19. Foi definido o período de março de 2020 como o início da pandemia no Brasil, a fim de analisar como os níveis de endividamento e inadimplência se comportaram durante a pandemia. Com isso, foram considerados 112 meses antes da pandemia e 30 meses após a intervenção. A série foi ajustada sazonalmente uma vez que o endividamento e inadimplência variam ao longo dos meses, para tanto, foi empregado o método aditivo de Holt-Winters (WEI; CHATFIELD, 2004).

Então, com o objetivo de verificar a influência dos tipos de dívidas no percentual de endividados e inadimplentes, a seguinte equação foi estimada

$$Y_t = \beta_0 + \beta_1 T_t + \beta_2 X_t + \beta_3 X_t T_t$$

T_t é o período desde o início da série, X_t é uma variável binária (1 se corresponde ao período antes da pandemia, 0 caso contrário) que indica o período de intervenção (pandemia), e $X_t T_t$ é uma variável de interação. β_0 representa o intercepto. β_1 representa a trajetória antes da intervenção. β_2 representa a mudança de nível após o início da pandemia. β_3 é a diferença entre os períodos antes e o início pandemia.

Y_t representa as seguintes variáveis:

endividadas = Famílias endividadas (% do total de famílias).

contas_em_atraso = Famílias com contas em atraso (% do total de famílias).

sem_condições = Famílias que não terão condição de pagar as contas em atraso (% do total de famílias).

Foi utilizado o teste de Cumby-Huizinga para examinar a existência de autocorrelação residual, revelando uma autocorrelação de ordem 4. É uma técnica estatística utilizada para investigar a presença de autocorrelação residual em modelos econométricos, como regressões. Ele se concentra em analisar se os resíduos (ou seja, os erros) do modelo exibem algum padrão sistemático de autocorrelação serial, o que pode comprometer a validade das estimativas e inferências feitas com base no modelo. Além disso, nas regressões, foi incorporada a correção de erros-padrão de Newey-West, garantindo uma análise mais precisa e robusta dos resultados. Ela é especialmente útil quando se trabalha com dados temporais, nos quais as observações podem estar correlacionadas ao longo do tempo, o que viola uma das suposições básicas da regressão linear ordinária (NEWKEY; WEST, 1987).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme ilustra a Figura 2, o total de famílias endividadadas teve um aumento expressivo de 2011 a 2022, passando de 60% em 2011 para 77,66% em 2022. Observa-se uma alta expressiva em 2020, ano de início da pandemia.

As famílias com conta em atraso também mostraram evolução durante o período de análise, aumentando de 21% em 2011 para 28% em 2022. A parcela das famílias que não terão condições de pagar as contas em atraso representava 7,57% em 2011. Após 2017, ultrapassou 10% - saindo de 8% em 2016 - se manteve nesse patamar até 2022, com 11%.

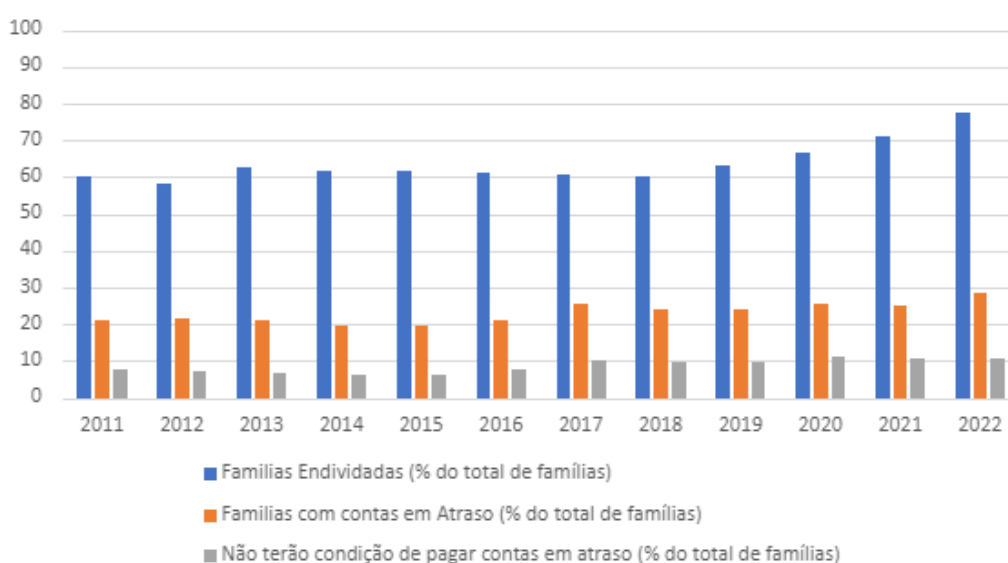


Figura 2 – Média anual das variáveis de 2011-2022
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CNC.

O tempo médio de comprometimento com dívidas, em meses, aumentou de 6,63% no ano base para 7,11% em 2017 (Figura 3). Parte desse aumento foi decorrente do cenário econômico brasileiro na época, sendo que o período de recessão da economia fez com que aumentasse o desemprego, diminuindo assim a renda das famílias. Além disso, o aumento dos juros que perdurou durante 2015 e 2016 teve impacto direto nos juros cobrados em empréstimos e financiamentos, tornando as dívidas mais caras e dificultando o pagamento.

A variável que mais se manteve constante foi a parcela média das famílias com renda comprometida com dívidas, com números de 30% em 2011 e também 30% em 2022. Por outro lado, o tempo médio de atraso no pagamento de dívidas apresentou um leve aumento, saindo de 61,80% em 2011 para 61,92% em 2022.

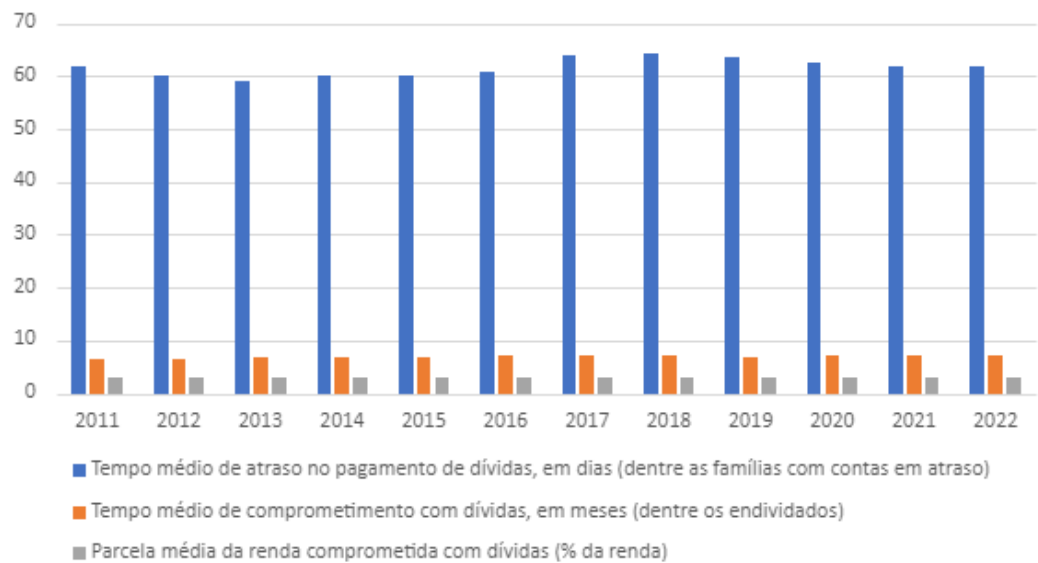


Figura 3 – Tempo médio e parcela média anual das variáveis 2011-2022

Fonte: CNC, elaborado pelo autor

A Figura 4 apresenta a média anual do endividamento familiar, por tipo de dívida, no ano inicial e final da série. Ao comparar a média anual dos dois anos, pode-se observar que nos principais tipos de dívida estão cartão de crédito e carnês de loja. O percentual de famílias endividadas com cartão de crédito, crédito consignado, financiamento de casa e carro, aumentou consideravelmente. Criou-se um otimismo em relação ao cenário de crédito, tanto consignado quanto pessoal, fazendo com que a parcela de endividados aumentasse, em 2011 a média anual de endividados com crédito consignado saiu de 3,4% para 5,6% em 2022.

Como uma das principais dívidas, o cartão de crédito, a porcentagem de indivíduos com dívidas acumulou um aumento de 13,3 pontos percentuais (p.p.). Esse aumento expressivo revela uma realidade preocupante em nossa sociedade, onde muitos indivíduos têm recorrido ao uso para realizar compras além de suas possibilidades financeiras.

Já o percentual de endividados em carnês de loja apresentou o maior declínio no período. Houve uma queda de endividados nesse tipo de dívida de 4,5 p.p em 2022, quando comparado com 2011.

Outro aumento expressivo foi no financiamento de casas, no acumulado de todo o período apresentou um aumento de 176% para 2022. Essa elevação nas dívidas com financiamento imobiliário pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles o crescente custo dos imóveis, a crise econômica recente e o aumento das taxas de juros.

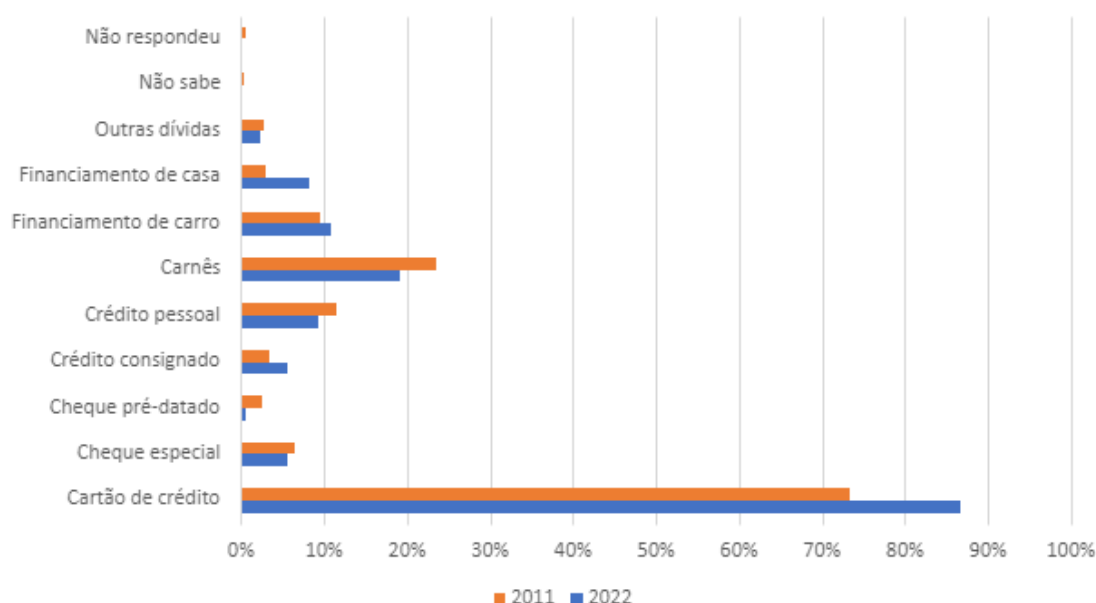


Figura 4 – Média anual do endividamento familiar por tipo de dívida 2011 e 2022.
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CNC.

Os valores médios anuais estão apresentados na Tabela 1. O cartão de crédito sobressaiu como o tipo de dívida que registrou o maior aumento entre os endividados. Essa tendência pode ser atribuída à sua acessibilidade facilitada ao crédito, o que por sua vez pode resultar em descontrole financeiro para muitos indivíduos. A combinação da conveniência do cartão de crédito com a possibilidade de adiar os pagamentos pode levar a gastos excessivos e acumulação de dívidas

Tabela 1 - Média anual por tipo de dívida, 2011-2022.

Tipo de dívida	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cartão de crédito	73,4	73,6	73,7	75,3	76,1	77,1	76,7	76,9	78,7	78,0	82,6	86,7
Cheque especial	6,4	6,2	6,3	5,6	6,2	7,2	6,7	5,8	5,9	5,9	5,6	5,6
Cheque pré-datado	2,6	2,7	2,7	1,8	1,7	1,7	1,4	1,1	1,1	0,9	1,0	0,6
Crédito consignado	3,4	4,0	4,1	4,7	4,7	5,4	5,6	5,6	5,5	6,6	6,5	5,6
Crédito pessoal	11,6	11,3	11,1	9,5	9,0	10,3	10,3	9,4	8,2	8,5	9,0	9,2
Carnês	23,6	19,8	19,6	17,0	16,9	15,4	15,7	15,4	15,3	16,8	18,1	19,1
Financiamento de carro	9,5	11,5	11,7	13,8	13,7	11,2	10,2	10,5	9,9	10,7	11,6	10,9
Financiamento de casa	3,0	4,5	4,7	7,8	8,2	7,9	8,2	8,7	8,7	9,5	9,1	8,3
Outras dívidas	2,7	2,2	2,2	2,3	2,2	2,4	2,6	3,0	2,5	2,2	2,3	2,3
Não sabe	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0

Não respondeu 0,5 0,3 0,3 0,3 0,1 0,1 0,1 0,1 0,2 0,2 0,3 0,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da CNC.

Como mostra a Tabela 2, a constante indica o nível inicial das famílias endividadadas, com significância ao nível de 1%. O percentual das famílias endividadadas (T) aumentou mensalmente em 0,0256p.p até o mês de intervenção (pandemia). Já no primeiro mês de intervenção (março/20) não houve uma mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias endividadadas. Os meses seguintes após o início da pandemia Covid-19 apresentam uma tendência mensal de aumento de 0,48p.p em relação a tendência antes da intervenção significativa a 1%.

Já para o percentual de famílias com contas em atraso também apresenta significância ao nível de 1% em seu nível inicial. O percentual das famílias com contas em atraso (T) aumentou mensalmente em 0,0509p.p até o mês de intervenção (pandemia). No primeiro mês de intervenção (março/20) não houve mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias com contas em atraso. Porém, nos meses seguintes após o início da pandemia Covid-19 apresentam uma tendência mensal de aumento de 0,063p.p em relação a tendência antes da intervenção, sendo significativa ao nível de 10%.

As famílias sem condições de pagar as contas em atraso apresentam significância ao nível de 1% em seu nível inicial. A proporção de famílias nessa situação (T) aumentou mensalmente em 0,04 até o mês de intervenção (pandemia). No primeiro mês de intervenção, p.p não houve mudança estatisticamente significativa no percentual de famílias sem condições de pagar as contas em atraso. No entanto, durante os meses subsequentes a pandemia de Covid-19, apresentam uma queda mensal de 0,057p.p, sendo significativo ao nível de 5%.

Tabela 2 – Resultados da regressão, percentual de famílias endividadadas, com contas em atraso e sem condições de pagar as contas em atraso, 2011-2022.

	Endividadadas	Contas em atraso	Sem condições
T	0,0256* (0,0147)	0,0509*** (0,0083)	0,0411*** (0,0047)
Nível	1,2247 (1,3780)	-0,7222 (0,8163)	0,5956 (0,5578)
Tendência	0,4826*** (0,0567)	0,0635* (0,0380)	-0,0571** (0,0241)
Constante	59,8129*** (0,8591)	20,0098*** (0,5652)	6,2860*** (0,3164)

Erro padrão entre parênteses.

*** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$.

Portanto, a intervenção não teve um impacto imediato no percentual de famílias endividadas, mas os meses após o início da pandemia apresentaram um aumento gradual no endividamento e inadimplência das famílias em relação à tendência pré-intervenção.

Ao analisar a Figura 5, observa-se um aumento gradual no número de famílias endividadas desde o ano de 2011 até o início da pandemia Covid-19. No entanto, após o surgimento da pandemia, ocorreu um aumento expressivo no número de famílias endividadas, representado por uma linha de crescimento quase vertical. Esse padrão sugere um impacto significativo da pandemia nas finanças das famílias, resultando em um aumento acentuado no endividamento.

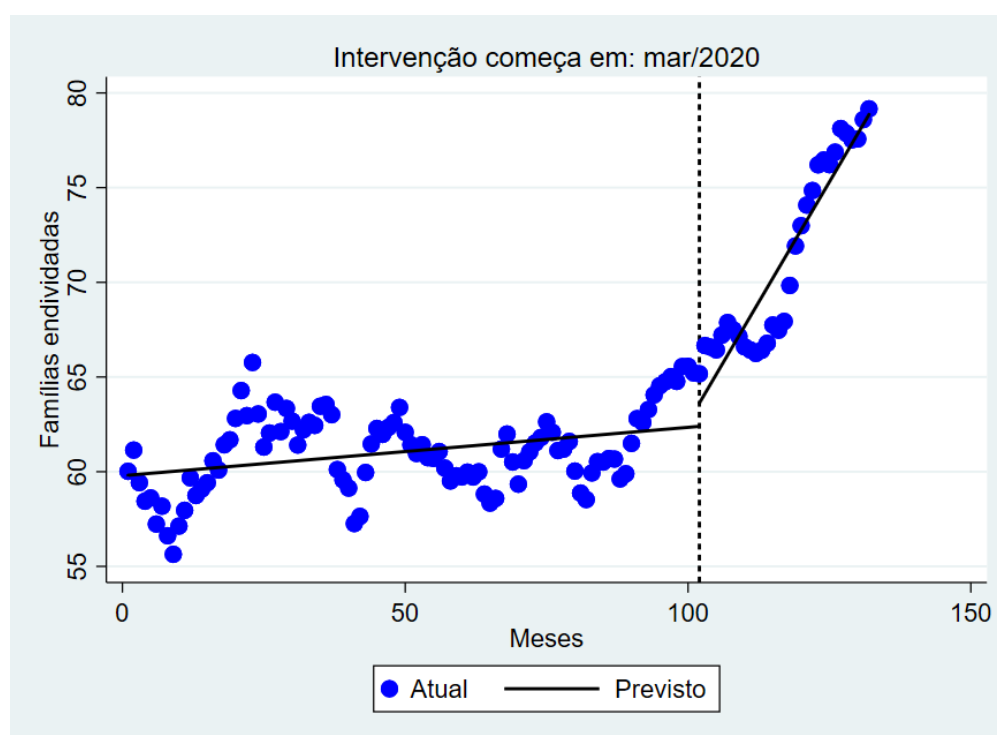


Figura 5: Famílias endividadas

Fonte: Resultados de pesquisa

As famílias com contas em atraso já estavam enfrentando um crescimento gradual desse problema antes do início da pandemia. Entretanto, após o surgimento da pandemia, observou-se um aumento ainda mais expressivo no número de famílias com contas em atraso (Figura 6). Esse cenário reflete um impacto acentuado da pandemia nas condições financeiras das famílias, resultando em um aumento drástico nas dificuldades de pagamento e no acúmulo de dívidas vencidas. Isso indica uma maior vulnerabilidade financeira das famílias durante e após o

período da pandemia.

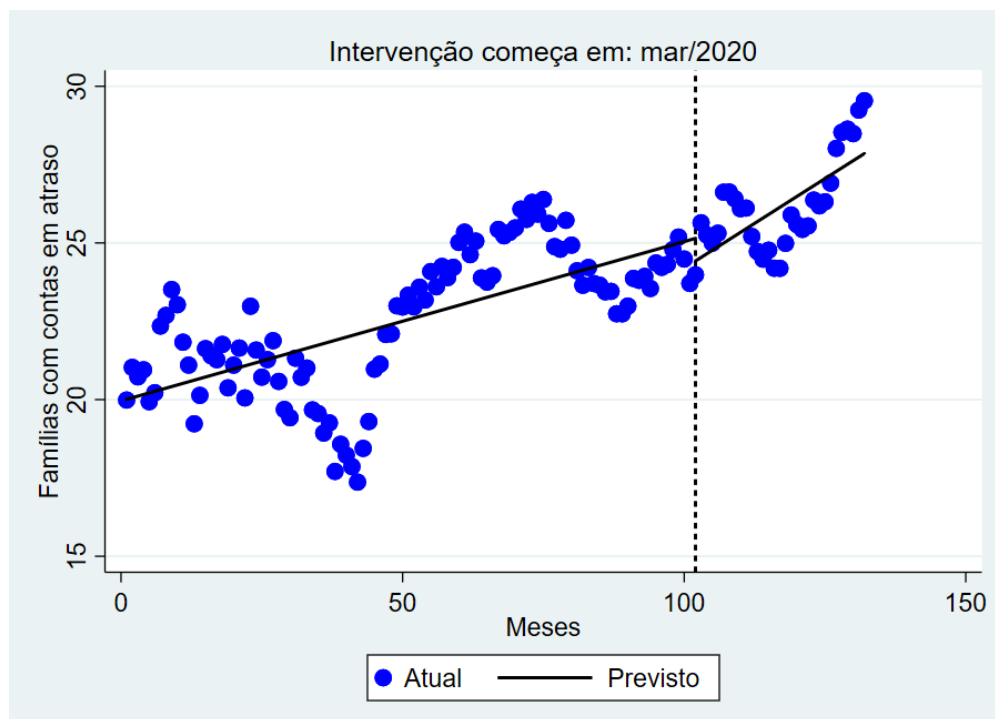


Figura 6: Famílias com contas em atraso

Fonte: Resultados de pesquisa

Em relação a capacidade de pagamento, as famílias que enfrentavam dificuldades para pagar as contas em atraso já estavam lidando com um aumento significativo desse cenário antes do início da pandemia. Nos primeiros meses após a intervenção (março/20), há um grande aumento desse percentual (Figura 7). No entanto, nos meses seguintes, foi observada uma queda expressiva nesse grupo de famílias, apesar do aumento impactante que vinha ocorrendo.

Essa redução no número de famílias incapazes de pagar suas contas atrasadas pode ser interpretada como um efeito de medidas ou intervenções adotadas ao longo do período de análise. Isso pode incluir políticas de alívio econômico, programas de auxílio ou outras ações que tenham contribuído para amenizar a situação financeira dessas famílias.

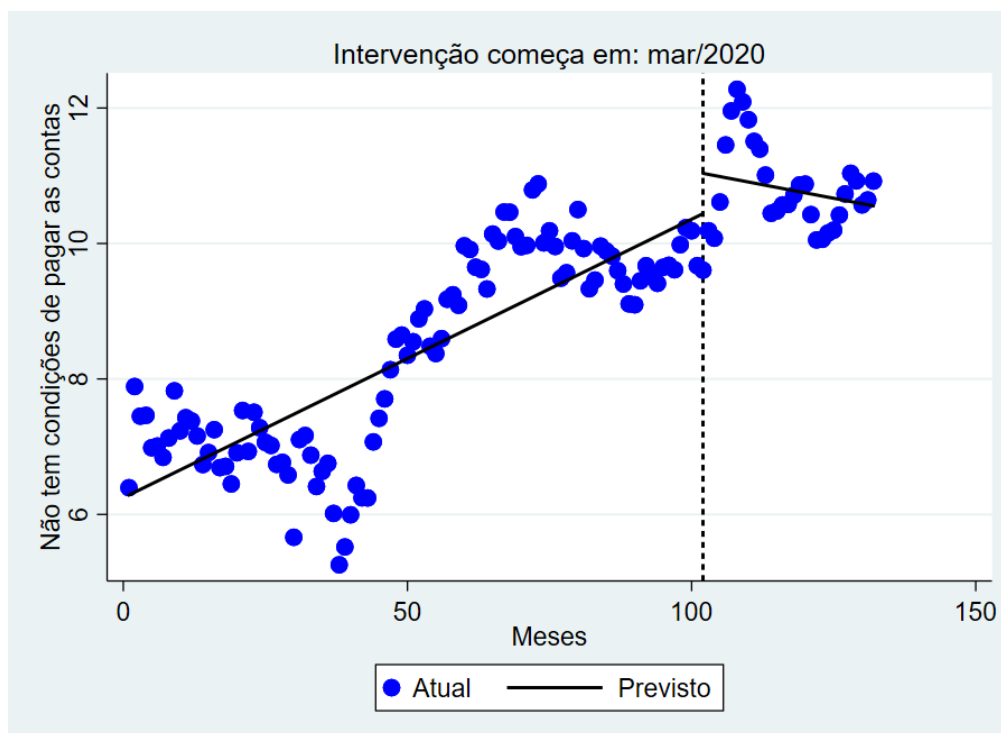


Figura 7: Famílias que não terão condição de pagar contas em atraso.
Fonte: Resultados de pesquisa

Os resultados sugerem que a pandemia teve um efeito significativo no aumento do endividamento e inadimplência das famílias ao longo dos meses, com os valores permanecendo muito acima do nível observado antes da intervenção. Já o impacto da pandemia na capacidade de pagamento foi de médio prazo, retornando ao longo dos meses ao nível próximo do observado antes da intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar o endividamento das famílias brasileiras no período de 2011 a 2022, utilizando um modelo de série temporal. Para alcançar esse objetivo, buscou-se compreender os padrões de endividamento, bem como os fatores que influenciam a tomada de decisões financeiras das famílias. Além disso, foi explorado também o impacto da pandemia de Covid-19 nas taxas de endividamento e inadimplência, com o intuito de contribuir para o entendimento das dinâmicas econômicas em momentos de crise.

Ao analisar a relação entre educação financeira e endividamento, é possível identificar a importância do planejamento financeiro na prevenção do endividamento excessivo. Através da análise da evolução do endividamento ao longo dos anos, o cartão de crédito foi identificado como um dos principais contribuintes para o aumento do endividamento, ressaltando o impacto da facilidade de acesso ao crédito e sua correlação com o descontrole financeiro.

É notória a necessidade de promover a conscientização sobre planejamento financeiro e decisões prudentes de consumo. Além disso, as análises apontaram os desafios enfrentados pelas famílias durante a pandemia de Covid-19, que resultou em um aumento significativo no endividamento e inadimplência.

A análise das famílias com dificuldades em quitar contas em atraso revelou uma trajetória interessante após o início da pandemia, com uma queda mensal subsequente, indicando uma possível adaptação das famílias às novas circunstâncias.

Por fim, este estudo contribuiu para entender o comportamento do endividamento e inadimplência familiar nos últimos anos. No entanto, à medida que as famílias se adaptam a mudanças econômicas e sociais, é essencial continuar a pesquisa nesse campo, explorando novas dimensões do comportamento financeiro e seu impacto nas vidas cotidianas das pessoas. Futuras investigações poderão colaborar para a criação de intervenções mais eficazes que possam promover a melhor gestão financeira das famílias brasileiras em um ambiente em constante mudança.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. et al. Educação financeira, endividamento e qualidade de vida em tempos de crise: evidências empíricas. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, n. 1, p. 01-15, 2020.
- Almeida, L. P. de, Silva, R. L. da, & Castro, R. M. de. Análise da educação financeira no contexto do endividamento das famílias brasileiras. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, 5(3), 65-79. (2020)
- ANBIMA. (2021). **Relatório de Investimentos no Brasil 2020**.
- ANDRADE, A. F.; SILVA, R. C. F. A importância da educação financeira para a população brasileira. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 8, p. 50-64, 2018.
- BCB. Banco Central do Brasil. **Nota para a Imprensa - Endividamento e Inadimplência** - Dezembro 2020.
- Barbosa, O. (2020). **Educação financeira: Vencendo os tabus do dinheiro**. Editora Kelps.
- BOCK, Jan Magno. **Análise pericial em cartões de crédito**. Monografia (Graduação em Economia) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí. RS, 2010.
- BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy**. **Federal Reserve Bulletin, Washington**, v. 88, n.11, p. 445-457, Nov, 2002.
- Brito, R. P., & Nunes, A. R. Endividamento da população brasileira e a influência do conhecimento financeiro: um estudo sobre os determinantes do endividamento no Brasil. **Revista de Gestão Financeira**, 17(2), 80-97. (2020).
- BRITTO, R. R. **Educação Financeira: Uma Pesquisa Documental Crítica**. 2012. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2012. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/DISSERTAÇÃO-REGINALDO-RAMOS-BRITTO.pdf>
- COBUUCI, L. **Poupança registra melhor captação para abril da história**. Disponível em: [http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201305071737 TRR 82198764](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201305071737_TRR_82198764). Acesso em: 8 de abril de 2023.
- COLADELI, V; BENEDICTO, S; LAMES, E. **Educação Financeira x Comportamento do Consumidor no Mercado de Bens e Serviços**. 2013. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/26/26>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje (2018). Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7-principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/> Acesso em: 8 de abril de 2023.

Copetti, A., & Ramos, H. M. S. Inadimplência e endividamento das famílias brasileiras. **Revista de Estudos Econômicos**, 49(2), 175-201. (2019).

COSTA, J. F. S.; SILVA, S. F. B. Educação financeira e tomada de decisão de investimento em ações na bolsa de valores brasileira. **Revista de Administração IMED**, v. 9, n. 1, p. 26-41, 2019.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (RGFC)**, v. 3, n. 3, 2013.

CROCCO, M. A; SANTOS, F; FIGUEIREDO, A. **Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional exploratória**, 2011. Belo Horizonte: UFMG/CEDEOKAR, 2011. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/component/content/article/191-textos-para-discussao/1139-exclusao-financeira-no-brasil-uma-analise-regional-exploratoria.html>. Acesso em: 17 de agosto de 2023.

DE ANDRADE BOMILCAR, Inaê. **O equilíbrio através da educação financeira**. 2010. Tese de Doutorado. UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES.

Endividamento de brasileiros atinge em 2020 o maior nível em 11 anos. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/01/4903480-endividamento-de-brasileiros-atinge-em-2020-o-maior-nivel-em-11-anos.html>. Acesso em: 26 de maio de 2023.

Estratégia Nacional de Educação Financeira – **ENEF: BRASIL: IMPLEMENTANDO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA**. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2023.

FECOMERCIO - PEIC - **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Disponível em: <https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>. Acesso em: 17 de agosto 2023.

Fernandes, D. B., & Basso, L. F. C. Educação Financeira e Endividamento: Um Estudo com Estudantes Universitários. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, 11(3), 61-74. (2017).

FERREIRA, J.C. **A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida**. 2017.

Fialho, T. M. M., Jayme Jr, F. G., & Hermeto, A. M. **Desenvolvimento do sistema financeiro e pobreza no Brasil: uma análise multivariada**. **Economia E Sociedade**, 25(1), 247–278. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n1art9>. (2016). Acesso em: 26 de julho de 2023.

Giannetti, M., & Parrado, L. (2019). The dark side of debt: Evidence from credit card usage. **Journal of Money, Credit and Banking**, 51(5), 1069-1094.

GIGLIO, Ernesto. **O comportamento do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GRUSSNER, P. M. **Administrando as finanças pessoais para criação do patrimônio**. 2007. 100 p. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUSTAFSSON, A. e THOMSEN, J. Educação financeira em famílias de baixa renda. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 26, n. 1, p. 1-22, 2005.

Inadimplentes no Brasil 2017 e Comportamento Frente às Dívidas. CNDL E SPC BRASIL. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63229852-Inadimplentes-no-brasil-2017-perfil-e-comportamento-frente-as-dividas-agosto-2017.html>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

Injeção de liquidez por conta da pandemia faz percentual de famílias endividadadas renovar recorde histórico em abril. Disponível em: https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/1617143110_Análise+Peic+-+abril+de+2020_0.pdf. Acesso em: 26 de julho de 2023.

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2000.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing**. 12 Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

KRÜGER, Fernanda. **Avaliação da educação financeira no orçamento familiar**. Trabalho de conclusão de curso (Tecnólogo em Processos Gerenciais) – Faculdade de Tecnologia Pedro Rogerio Garcia. Concórdia, SC, 2014.

LEY, M. et al. Finanças pessoais e endividamento: uma análise a partir da educação financeira. **Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 4, p. 247-268, 2016.

LTC, 2000.SPC BRASIL, 2017. **Classes C, D e E são as que mais compram sem necessidade motivadas por promoções**. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/7171>. Acesso em: 8 de abril de 2023.

LUCCI, Cintia Retz, et al. "A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos." Seminário em Administração 9 (2006).

Mais de 5 milhões de pequenas empresas se endividaram na pandemia e estão inadimplentes, aponta Serasa, **Jornal da Globo**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2022/06/04/mais-de-5-milhoes-de-pequenas-empresas-se-endividaram-na-pandemia-e-estao-inadimplentes-aponta-serasa.ghtml>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

MARTINS, A. L. A. et al. Educação financeira e formação de reserva financeira de emergência: uma análise com estudantes universitários. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 19, n. 5, p. e1805, 2018.

MEDEIROS, C. M. **Séries Temporais e Modelos Dinâmicos em Econometria**.

Newey, W.K. and West, K.D. (1987) **A Simple, Positive Semi-Definite, Heteroscedasticity and Autocorrelation Consistent Covariance Matrix**. *Econometrica*, 55, 703-708.

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC). Disponível em: <https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2020/329017>. Acesso em: 25 de julho de 2023.

Silva, M. O., Francisco, J. R. de S., & Reis, D. A. dos. (2022). **Financial education in Basic Education. Research, Society and Development**, 11(15), e210111537048. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i15.37048>

Silva, Rosangela. **Problemas financeiros e saúde mental: como um afeta o outro**. 2022. Disponível em: <https://www.psicologoeterapia.com.br/blog/problemas-financeiros-afetam-saude-mental/>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

SUNO. FINANÇAS PESSOAIS - Inadimplência: entenda como evitá-la e se livrar das dívidas. **Revista Suno**. 2017. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/inadimplencia/>. Acesso em: 17 de agosto 2023.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). **PISA 2012 assessment and analytical framework: mathematics, reading, science, problem solving and financial literacy**. Paris: OCDE Publishing. (2013).

Percentual de famílias com dívidas a vencer atinge recorde de 78% - Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-08/percentual-de-familias-com-dividas-vencer-atinge-recorde-de-78>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

Perfil do Inadimplente e das Dívidas no Brasil. CNDL E SPC BRASIL. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/47136080-Perfil-do-inadimplente-e-das-dividas-no-brasil.html>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

PIRES, V. **Finanças pessoais: fundamentos e dicas**. Piracicaba/SP: Edição do autor, 2007

PRADO, A.B. **Educação Financeira: a visão de jovens universitários sobre finanças familiares**. 2015. Disponível no site:

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/1135/1/Andre%20Brisola%20Brito%20Prado.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

Retrato do endividamento dos consumidores -Relatório Especial PEIC agosto 2021. Disponível em: https://portalbucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agosto-de-2021_especial.pdf. Acesso em: 10 de junho de 2023.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas Regiões Metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**. Cachoeira-BA, jun. 2014, v. 7 n. 1, p. 5-17.

SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades: Um guia prático**. São Paulo: Atlas, 2014.

SCHIFFMAN, L. G.; KANUK, L. L. **Comportamento do Consumidor** 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

SEBRAE - **Mais de 5 milhões de negócios no Brasil estão inadimplentes** – Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/I64272/mais-de-5-milhoes-de-negocios-no-brasil-estao-inadimplentes>. Acesso em: 17 de agosto 2023.

Semana ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/senama-enef/#:~:text=Na%20primeira%20edição%2C%20ocorrida%20em,line%2C%20impactando%20milhares%20de%20cidadãos>. Acesso em: 25 de setembro de 2022.

Serasa Experian. (2019). **Raio-X do Consumo no Brasil: Hábitos Financeiros**.

Semana Nacional da Educação Financeira ENEF - https://www.anbima.com.br/en_us/imprensa/2-semana-nacional-de-educacao-financeira-sera-realizada-em-marco.htm

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - BRASIL. **Inadimplentes no Brasil em 2017: perfil e comportamento frente às dívidas**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/63229852-Inadimplentes-no-brasil-2017-perfil-e-comportamento-frente-as-dividas-agosto-2017.html>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

Silva, F. M. da, & Silva, V. L. C. da. Educação financeira e endividamento das famílias brasileiras: uma revisão de literatura. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, 16(30), 31-46. (2019).

SILVA, A. M.; POWELL, A. B. **Um programa de Educação Financeira para a matemática escolar da educação básica**. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., Curitiba. [...], Curitiba: Editora PUC-PR, 2013.

SPC Brasil – **Inadimplência de Pessoas Físicas** – fevereiro 2020. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&v>

[ed=2ahUKEwimpItrIg9z8AhUQppUCHc6eAPYQFnoECBEQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.spcbrasil.org.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F03%2FAn%25C3%25A1lise-Inadimpl%25C3%25Ancia-PF-Fevereiro-2020-1.pdf&usg=AOvVaw3PLGI8ezqa_k0fH_zd1QMS](https://www.spcbrasil.org.br/wp-content/uploads/2020/03/An%25C3%25A1lise-Inadimpl%25C3%25Ancia-PF-Fevereiro-2020-1.pdf&usg=AOvVaw3PLGI8ezqa_k0fH_zd1QMS). Acesso em: 10 junho 2023.

Theodoro, S. H., de Souza, F. C., & Salles, J. A. Educação financeira e consumo consciente: a importância da escola e da família na formação do indivíduo. **Revista Temas em Educação**, 25(1), 211-224. (2016)

Wei, W. W. S. & Chatfield, C. **The Analysis of Time Series: An Introduction** 2004 (Chapman & Hall/CRC, 2004).

APÊNDICE

Rotina utilizada:

- tsset brasil time
- itsa fam_end_shw, single treat (1) trperiod (102) lag(4) posttrend figure
- itsa contas_atraso_shw, single treat (1) trperiod (102) lag (4) posttrend figure
- itsa nao_contas_shw, single treat (1) trperiod (102) lag (4) posttrend figure